



EDUCAÇÃO, ESCOLA E HUMANIZAÇÃO NAS PRÁTICAS DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ENSINO SUPERIOR

Ana Beatriz Ulhoa Cobalchini¹
Naiana Zaiden Rezende Souza²

¹IFG Campus Luziânia / ana.cobalchini@gmail.com

² IFG Campus Jataí/ naiana.souza@ifg.edu.br

Resumo:

Baseando-se nos preceitos socialistas que definem a Educação como um campo de desigualdade social entre classes trabalhadoras e classes abastadas no cenário capitalista, é de extrema importância estudar as relações educacionais e promover a diminuição da desigualdade por meio do ensino. A Humanização e a Politecnicidade na Educação Superior são fundamentais para formar novos profissionais capacitados, os quais sejam autônomos, éticos e possam ter condições de diminuir a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual. Pretende-se no presente Artigo, correlacionar as práticas possíveis para a inserção da Politecnicidade no Ensino superior, para tanto fez-se uso de Revisão bibliográfica de diversos teóricos da área social e da Educação. Nesse sentido, estudou-se algumas práticas tradicionais, como os estágios supervisionados ou programas de iniciação científica. No entanto, verificou-se que ainda é necessário incentivar e inserir maiores práticas de politecnicidade nas graduações. Objetiva-se poder contribuir para o esclarecimento de profissionais da Educação quanto à modificação ou inclusão dessas vertentes em suas práticas, baseando-as na importância da valorização do trabalho e do sujeito, enquanto principal força motriz da sociedade capitalista e, porventura, incentivar essas discussões nas escolas de nível superior no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Humanização.

Introdução

A Educação é conceituada como a ciência complexa relativa aos processos de ensino e aprendizagem e é caracterizada como um direito fundamental do ser humano. Cabe ressaltar que a Educação perpassa as políticas públicas da sociedade e dos Estados, visto sua importância para a trajetória dos cidadãos e dos povos. Dessa maneira, entende-se que as práticas educativas são inerentes à história humana e sua organização em sociedade.

A escola é um ambiente historicamente voltado para a formação das competências do sujeito, as quais englobam as grandes áreas do conhecimento matemático, social, linguístico, religioso e da natureza. Cabe considerar, ainda, a importância do ambiente escolar como um espaço de conscientização, esclarecimento do contexto preponderante e suas consequências para a história de vida e ocupação formal das pessoas. Portanto, a escola é um espaço de formação dos sujeitos, os tornando aptos a aprender diversas habilidades, competências sociais

e técnicas, assim como os fazer entender seu papel, enquanto pessoas, em nossa sociedade.

O trabalho é a realização dos seres humanos que os difere dos demais animais, portanto, humanizando-os. Ao passo que o ambiente escolar é responsável pela formação básica intelectual dos seres humanos, pode-se correlacionar com a vertente educacional que preza pela Humanização no ensino, em suas diversas fases de desenvolvimento. Considerando-se o exposto por Spagolla (2020, p.01) a humanização para o desenvolvimento significa pensar e agir fundamentando-se em princípios baseados na Ética, criatividade, estética sensibilizatória e determinações políticas interventivas.

De forma a ilustrar a importância das questões sociais no âmbito da Educação, especificamente a destinada ao trabalho salientando-se a Educação Superior, pretende-se trazer uma revisão bibliográfica acerca das premissas apresentadas por pensadores que abordam o socialismo, aliadas à teóricos da Educação que versem sobre a Humanização do Ensino e a Politecnia. Espera-se, assim, que o presente artigo possa contribuir para o esclarecimento de profissionais da Educação quanto à modificação ou inclusão dessas vertentes em suas práticas, baseando-as na importância da valorização do trabalho e do sujeito, enquanto principal força motriz da sociedade capitalista.

1. Conceituação de trabalho segundo Marx, Engels e Paulo Freire e a contextualização com a educação humanizada.

Marx (1988) afirma que o trabalho é uma produção do homem e também o modifica, em todas as atividades passíveis durante sua trajetória. “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a Natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1988, p. 142).

Enquanto Engels (1986) apresenta uma visão muito semelhante em relação a capacidade de transformação proposta pelo trabalho dentro do sistema capitalista. O mesmo afirma que toda riqueza provém do trabalho, pois a natureza fornece diversos recursos que o homem transforma em riqueza. Ele completa afirmando que o trabalho é mais que uma mera transformação de recursos, mas uma forma de modificação do próprio homem.

Em relação à visão de mundo, possibilidades de modificações, observa-se o que foi

apontado de forma bem concisa por Borges (2017):

[...] O homem deve aprender a ser homem ou não o será. São as apropriações de suas relações sociais que o fazem ser um cavaleiro medieval ou um professor contemporâneo. Assim, a educação é ontologia humana como parte decorrente do trabalho humano. (BORGES, 2017, p. 105).

Segundo Marx e Engels (1984, p. 27), “[...] o modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem de reproduzir [...]. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo que produzem”. Portanto, não há uma definição que caiba a sociedade como um simples aglomerado de seres humanos, pois suas relações são intrínsecas e repassadas de geração para geração, constituindo o que podemos denominar de costumes, tradição e códigos de conduta social.

Em relação a humanização, Borges (2017, p. 110) apresenta a importância da educação como um mecanismo social de desenvolvimento do homem de forma individual e enquanto espécie. Portanto, os homens se humanizam através do tempo, por meio da experiência direta e também do acúmulo das atividades, sendo cada sujeito, portanto, educador e educando durante seu existir, por meio de todas as facetas sociais.

Ao identificar a importância social para a transformação do mundo do sujeito por meio da educação humanizada, Freire (1981) denota ainda que há diversas situações relativas à humanização que precisam ser correlacionadas:

Desumanização e humanização não podem ocorrer a não ser na história mesma dos homens, dentro das estruturas sociais que os homens criam e a que se acham condicionados. A primeira, como expressão concreta de alienação e dominação; a segunda, como projeto utópico das classes dominadas e oprimidas. Ambas implicando, obviamente, na ação dos homens sobre a realidade social – a primeira, no sentido da preservação do “status quo”; a segunda, no da radical transformação do mundo opressor (FREIRE, 1981, p.79).

Pressupõe-se, então, que a educação humanizada pretenda incluir as vivências e expertises diversas do ser humano como ponto de partida para os métodos de ensino aprendizagem, agregando valores, ciências e saberes de um determinado grupo ao qual o

educando pertença. Uma outra questão muito importante é a capacidade de sobrepujar os preceitos sociais pré-estabelecidos por meio da educação, tornando-a uma forma propulsora de modificação social, de forma antagônica à presente desumanização dos indivíduos por meio da opressão apresentada pela alienação e dominação das classes.

2. Pedagogia do trabalho, educação socialista e suas fundamentações acerca do ensino humanizado.

A Pedagogia do Trabalho é caracterizada como aquela que associa trabalho e educação em um processo integrado, visando contribuir para um sistema baseado na valorização do trabalho e do trabalhador em substituição a um sistema que valoriza somente o capital e o lucro. Assim, buscaria um patamar de sobreposição à hegemonia trazida pela burguesia, historicamente dominante (CATANI, 1982, p. 2). Cabe ressaltar, ainda, que essa forma de educar rechaçaria a ideia de vocação ou Educação somente voltada para a profissionalização, agregando preceitos da humanização no ensino profissional e tecnológico. Considerando-se o exposto por Amaral et al (2020), há uma tentativa nesse sentido na obra intitulada “Pedagogia do Trabalho – A atuação do pedagogo na Educação profissional”:

[...] Focalizamos as propostas de educação profissional praticadas na sociedade brasileira apontando que elas, para serem coerentes com o sentido expresso no termo “educação profissional”, precisam levar em consideração a necessidade de proporcionar uma sólida preparação técnico-científica, integrada a uma base humanista e de cultura geral, tendo como perspectiva a luta pela transformação social (AMARAL; MACIEL; OLIVEIRA et al, 2020, pg. 25).

Ressalta-se, de antemão, que Marx e Engels não produziram conhecimento e materiais específicos relacionados à educação, portanto, não estabeleceram preceitos de Pedagogia socialista. No entanto, autores e pensadores da Educação, atribuem diversas visões sobre essa possibilidade, as quais seriam baseadas na modificação da sociedade por meio da educação. Nesse contexto, Manacorda (2006) cita que o fim da escola é a “formação não de limitados especialistas, mas de homens que sejam capazes de qualquer trabalho. Marx sublinha sempre e expressamente a necessidade de uma instrução politécnica, que é também de grande importância para a formação geral; [...] conhecimento prático dos diversos ramos serve também para o desenvolvimento físico omnilateral e para a formação das capacidades de trabalho

universais” (MANACORDA, 2006, p. 315).

Corroborando nessa lógica de construção da educação como ferramenta de modificação social, temos o citado por Spagolla (2020, p. 02) “a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascida e conquistada num projeto de mútua determinação e radicais lutas de educadores transformadores”.

Caberia às instituições de ensino prover os conhecimentos adquiridos historicamente pela sociedade humana, de forma mais geral, agregando ao ensino. Tal consideração tem sido estendida também para as instituições de Ensino superior, enquanto há a necessidade preponderante de formar sujeitos autônomos, capazes de aprender sozinhos e de suprir às demandas da sociedade com confiança técnica e eficiência. Considerando-se o exposto por Borges (2017, pg. 113), “a escola tem a função de ensinar o método pelo qual se aprende: o aprender a aprender. O objeto da educação está dentro do próprio processo, ou seja, o objetivo é sempre o fim ou propósito específico que está imediatamente diante da atenção e que produz o pensamento e a atividade”.

A função da escola, portanto, é de prover a autonomia intelectual dos alunos e nisso se encaixam, inclusive, as instituições de ensino superior. O método denominado “aprender a aprender” tem como objetivo principal, a autonomia do sujeito dentro do seu próprio processo de aprendizado, baseado e correlato à suas vivências pessoais, e a diminuição da elevação do professor como um ente superior, devido à carga de conhecimento específico acumulada durante sua formação.

3. Politecnia e o Ensino superior

Considerando-se os conceitos e prospectos anteriores acerca da dialética de Marx e Engels, entende-se a importância do ensino integrado para o desenvolvimento em diversas esferas da mente humana e não somente sob o capital intelectual do sujeito. Esse tipo de educação seria chamado de omnilateral.

Inicialmente, a concepção de educação politécnica foi apresentada por Karl Marx e Engels, em suas obras *O Capital* (Marx, 1988), em *A Ideologia Alemã* (Marx & Engels, 1987), *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx & Engels, s.d.) e *Textos sobre a Educação e o Ensino* (Marx & Engels, 1983). Nesse contexto, e de maneira geral a educação baseada no marxismo contempla três áreas principais: “a educação intelectual, a educação corporal e a educação tecnológica” (MARX & ENGELS, 1983, p. 60).

Em sua concepção inicial, o marxismo define a importância dos preceitos educacionais, segundo apresentado pelo autor Rodrigues (2020):

1. Educação pública, gratuita, obrigatória e única para todas as crianças e jovens, de forma a romper com o monopólio por parte da burguesia da cultura, do conhecimento. 2. A combinação da educação (incluindo-se aí a educação intelectual, corporal e tecnológica) com a produção material com o propósito de superar o hiato historicamente produzido entre trabalho manual (execução, técnica) e trabalho intelectual (concepção, ciência) e com isso proporcionar a todos uma compreensão integral do processo produtivo. 3. A formação omnilateral da personalidade de forma a tornar o ser humano capaz de produzir e fruir ciência, arte, técnica. 4. A integração recíproca da escola à sociedade com o propósito de superar o estranhamento entre as práticas educativas e as demais práticas sociais.

Dentre as iniciativas brasileiras com vulcro em realizar a manutenção dos preceitos marxistas na Educação, ressalta-se a importância do educador Saviani (2003), o qual defendeu ativamente tal alteração na Educação. No entanto, os preceitos encontram-se vagamente impostos dentro da Lei de Diretrizes Básicas da Educação – LDB, promulgada em 1996, e neste momento, passaram a ser denominados como Politecnicidade ou Educação Politécnica.

A Politecnicidade frisa a necessidade de formação complexa para os sujeitos, desenvolvendo atividades e práticas que não segmentem a formação. Esclarecendo melhor, e de forma mais objetiva, a Politecnicidade seria o ensino integrado das ciências básicas do conhecimento humano de maneira unificada e interdependente, entre seus diversos ramos como ciências humanas, artes, filosofia, ciências da natureza etc (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Trazendo essa temática para o Ensino Superior é possível inferir que a Educação Politécnica deve abranger as questões técnicas inerentes à atuação profissional, mas também desenvolver o conhecimento legal, social, ético, artístico e outras a fim de formar profissionais capazes de suprir as demandas do atual mundo corporativo.

Cabe ressaltar, ainda, que Marx e Engels (1984) enfatiza, como destaca Manacorda (2007), que a formação mais elitista dada às classes nobres é negada à classe trabalhadora enquanto construção do conhecimento filosófico, das artes e cultura, de modo geral. Esse conjunto de conhecimentos acerca da trajetória histórica do homem é chamada de educação intelectual por este autor.

Complementarmente a isso, Manacorda (2007, p. 108) traz a devida reflexão sobre o tema “Que pode ser isso senão, exatamente, tudo aquilo que não é imediatamente útil, instrumental, operativo, isto é, a abertura àquele mundo das letras, das artes, da história, do pensamento que Marx, por seu lado, tão bem sabia apreciar? ”.

Manacorda (2007) complementa, ainda, que aquele que executa atividades práticas ou fabris não pode ser segregado do homo sapiens. Assim, todo sujeito submetido ao ensino superior ou profissional é antes de tudo um ser humano, possui uma linha consciente de conduta moral e também atua como ente social que contribui e interfere nas relações sociais e, de forma secundária, na realidade da sociedade. Por fim, não se pode deixar de citar a importância de Saviani (2003) para a ruptura do ensino profissional ou superior tecnicista para uma visão mais globalizada do saber, a qual chamamos aqui de Politécnica. Para ele, a politécnica surge como uma superação entre a dicotomia entre o trabalho manual, braçal, e o trabalho intelectual.

4. Práticas educacionais no Ensino superior voltadas ao desenvolvimento da Politécnica

Conforme enfatizado por Moura (2013, p. 713), citado por Moraes et al (2019), há uma necessidade pungente de intervenção educacional para a ampliação das escolas politécnica: “Atualmente ainda não se pode concretizar a politécnica e a escola unitária em seus sentidos plenos para todos. Isso só será possível em uma perspectiva de futuro”.

Diversas práticas educacionais presentes nas graduações poderiam atuar no sentido de ampliar a Politécnica no âmbito do Ensino superior. Dentro elas, podemos citar os projetos de iniciação científica, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

No caso dos ensinamentos que a iniciação científica pode trazer, Jorge et al (2010, p. 447) sugerem que “na avaliação dos professores os pontos fortes a serem estimulados são ‘as habilidades mentais de comparação, julgamento, criação e investigação de problemas’ que têm íntima relação no envolvimento com a pesquisa sistematizada, além de instigar a ‘criatividade, a curiosidade e a atitude crítica dos alunos’”. Salientando, pois, a importância dessas iniciativas ou programas na busca pelo ensino politécnico, aliada a outras práticas já consolidadas e consideradas tradicionais no campo de educação superior aliada à prática com viés ora politécnico.

Assim, ao indicarmos a pesquisa como princípio norteador de um design curricular para o ensino superior, pretendemos concretizar o rompimento da “histórica segmentação e hierarquização entre teoria e prática, em que o momento da teoria precedia o momento da prática, que se dava apenas através dos estágios [...]” (ALVES; GARCIA, 2001, p. 79).

Outro campo de atuação muito importante para o desenvolvimento da Politecnia no âmbito do ensino superior, trata-se das práticas de Estágio supervisionado, as quais atualmente são parte obrigatória de muitos cursos de graduação. No entanto, conforme afirma Marran (2011, p. 5-6), “ a área de formação de um indivíduo não pode caracterizar-se por uma instrumentalização mecanicista de um trabalho produtivo para a execução, que marginaliza as contribuições epistemológicas historicamente situadas e perpetua a dicotomia entre trabalho material e imaterial”. Segundo apresentação da função social do estágio apresentada por Freire (2020), há coerência no processo ensino aprendizagem quando atende as demandas e necessidades do campo de conhecimento, enquanto emancipa o sujeito e o coloca em seu próprio protagonismo e o reconstrói.

Considerações finais

A Educação não pode se pautar somente em demandas e tendências trabalhistas ou de época, visto que é um processo que transcende o tempo de vida do sujeito e é um veículo para a trajetória do mesmo enquanto cidadão, ser humano. Dessa feita, é importante que a mesma seja voltada para esse processo amplo e conciso, sem que haja segmentações por conflitos de interesses quaisquer. Concluindo-se que o Ensino superior e suas práticas e fundamentações sociológicas são importantes para a modificação da forma de educar profissionalmente.

Assim, a Educação Superior precisa deixar de levar em consideração a visão tecnicista e passar a formar profissionais com senso crítico mais apurado e maior autonomia. Portanto, a Educação Politécnica apresenta grandes expectativas de formação de saberes adequada para a atualidade, visto que propicia a capacitação técnica do conhecimento dos profissionais, aliada ao desenvolvimento de outras competências, também fundamentais para o exercício da profissão e como instrumento de modificação de suas realidades, enquanto sujeitos.

De acordo com os preceitos da Humanização do ensino e da Politecnia, a educação deve ser um campo de modificação, revolução e vivência do ser humano, de maneira complexa e abrangente. Dessa maneira, ao inserir a vivência prática, os valores e conhecimentos

interdisciplinares à atuação do profissional, a Educação superior atinge as vertentes de ensino citadas, além de contribuir para uma sociedade mais capaz, dinâmica e menos excludente.

Dessa feita, supõe-se que o presente artigo possa ser bastante relevante como condensado de Bibliografia sobre o tema, com vistas a enriquecer o arcabouço de conhecimento de acadêmicos, docentes e quaisquer profissionais da área de educação tecnológica que julgarem o tema pertinente.

Referências bibliográficas

ALVES, N.; GARCIA, R. L. A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação de professores na vivência de um processo. In: ALVES, N. (Org.). Formação de professores: Pensar e Fazer. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AMARAL, M. G. B.; MACIEL, M. J. C.; OLIVEIRA, A. M. Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional. AMARAL, M. G. B. (orgs). – Fortaleza: EdUECE, 2020.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. Revista Educação em Questão, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747>>.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

FREIRE A. M. Concepções orientadoras do processo de aprendizagem do ensino nos estágios pedagógicos. Colóquio: modelos e práticas de formação inicial de professores, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2001. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/afreire.pdf>. Acesso em: 27/7/2020.

FREIRE, P. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5. ed. 1981.

JORGE, M.; TELLES, T. S.; PATROCINO, A. C. A iniciação científica no ensino superior. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 441-457, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2548/2458>

MANACORDA, M. A. História da educação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARRAN, A. L. Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.2, ago. 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>

MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K. & ENGELS, F. Crítica do programa de Gotha. In: MARX, K. & ENGELS, F. (Orgs.) Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa e Ômega, s.d. v.2.

MARX, K. O capital. 3. ed. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. 4. ed. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, K; ENGELS, F.A. Textos sobre a Educação e Ensino. São Paulo: Moraes, 1983.

MORAES, A. S.; MELO, A. F.; CYPRIANO, C. A. C; ALMEIDA, J.S.; RIOS, J. A.; ALMEIDA, M. C. S. A colaboração da política de assistência estudantil na perspectiva do ensino médio integrado como travessia rumo à formação humana integral. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 3, n° 2, 2019 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<file:///C:/Users/consulta/Downloads/435-Texto%20do%20artigo-1513-1-10-20191220.pdf>>.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul/set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>

MOURA, D. H; LIMA FILHO, D. L; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>

RODRIGUES, J. Dicionário de Educação da Profissional em Saúde - Educação Politécnica. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupol.html>>

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro:

EPSJV; FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.

SPAGOLLA, R. de P. Afetividade: por uma educação humanizada e humanizadora. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Orientador UENP: Professor Dr Antonio Carlos de Souza. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2343-8.pdf>> Acesso em 27/02/2020.